

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.099.763
Preferenciais	26.099.748
Total	52.199.511
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	9.855.212	9.308.243	8.783.037
1.01	Ativo Circulante	13.847	30.022	29.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.390	17.166	19.234
1.01.04	Estoques	33	618	613
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.406	2.982	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.406	2.982	0
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	2.406	2.982	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.402	5.571	5.848
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.616	3.685	3.614
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.616	3.685	3.614
1.02	Ativo Não Circulante	9.841.365	9.278.221	8.753.728
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	264.369	297.871	314.665
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	113.179	117.907	113.669
1.02.01.07	Tributos Diferidos	107.919	127.313	129.635
1.02.01.07.02	ICMS a Recuperar	42.786	61.039	61.042
1.02.01.07.03	PIS/COFINS a Recuperar	25.185	25.142	26.629
1.02.01.07.04	Outros Impostos	39.948	41.132	41.964
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	29.771	32.690	37.630
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	13.744
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.500	19.961	19.987
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	13.500	19.961	19.987
1.02.03	Imobilizado	9.576.996	8.980.350	8.439.063
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.576.996	8.980.350	8.439.063

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	9.855.212	9.308.243	8.783.037
2.01	Passivo Circulante	363.466	279.223	257.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.586	6.360	8.341
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.586	6.360	8.341
2.01.02	Fornecedores	67.084	125.764	134.761
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.084	125.764	134.761
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.910	3.557	2.955
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	527	138	-83
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	527	138	-83
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	1	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.381	3.418	3.036
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	241.029	103.657	75.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.659	41.129	20.126
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.659	41.129	20.126
2.01.04.02	Debêntures	171.370	62.528	55.780
2.01.05	Outras Obrigações	216	762	785
2.01.05.02	Outros	216	762	785
2.01.05.02.05	Outros	216	762	785
2.01.06	Provisões	45.641	39.123	34.989
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.641	39.123	34.989
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	924	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.054	23.907	27.740
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	25.528	13.285	7.249
2.01.06.01.05	Provisões Ambientais	1.059	1.007	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.037.081	6.513.096	5.972.913
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.405.380	5.241.280	5.047.467
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	522.664	536.979	575.456
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	522.664	536.979	575.456
2.02.01.02	Debêntures	4.882.716	4.704.301	4.472.011

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02	Outras Obrigações	1.631.701	1.271.816	925.446
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	967.103	843.144	706.606
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	872.801	741.593	588.285
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	94.302	101.551	118.321
2.02.02.02	Outros	664.598	428.672	218.840
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	664.598	428.672	218.840
2.03	Patrimônio Líquido	2.454.665	2.515.924	2.552.387
2.03.01	Capital Social Realizado	3.409.758	3.409.758	3.409.758
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-955.093	-893.834	-857.371

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.074	-18.078	-18.020
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.054	-13.994	-19.340
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.020	-4.084	1.320
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-42.074	-18.078	-18.020
3.06	Resultado Financeiro	-19.185	-18.385	-26.103
3.06.01	Receitas Financeiras	4.970	8.041	5.362
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.155	-26.426	-31.465
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-61.259	-36.463	-44.123
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-61.259	-36.463	-44.123
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-61.259	-36.463	-44.123
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-61.259	-36.463	-44.123
4.03	Resultado Abrangente do Período	-61.259	-36.463	-44.123

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-102.001	-145.343	-108.834
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.718	-15.202	-25.951
6.01.01.01	Variações monetárias e juros - líquido	14.711	12.334	11.598
6.01.01.02	Provisão para contingências	18.399	1.928	-83
6.01.01.03	Provisão para perda de estoque	8.584	133	-1.688
6.01.01.04	Baixa de custo de transação de empréstimo	6.847	6.866	6.912
6.01.01.05	Depreciação e amortização	0	0	1.433
6.01.01.11	Prejuízo do Exercício	-61.259	-36.463	-44.123
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-89.283	-130.141	-82.883
6.01.02.01	Estoques	-7.999	-138	1.579
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-3.514	-3.265	3.392
6.01.02.03	Impostos a recuperar	19.970	-660	-238
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-3.155	-809	-43.910
6.01.02.07	Outras contas a receber	69	-72	357
6.01.02.08	Fornecedores	-46.009	13.832	36.587
6.01.02.10	Contas a pagar e outros	-367	-299	4.276
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	324	-1.026	-18
6.01.02.13	Partes Relacionadas	-11.096	-9.957	-10.509
6.01.02.14	Juros pagos	-17.473	-107.780	-54.454
6.01.02.15	Custos de transação pagos	-20.033	-19.967	-19.945
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-236.184	-119.523	-34.413
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-244.001	-121.422	-39.670
6.02.07	Aplicações financeira de longo prazo	7.817	1.899	5.257
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	322.409	262.798	156.718
6.03.03	Captação de AFAC	235.926	209.832	218.840
6.03.06	Obtenção de financiamentos com BNB-FNE	-1.047	0	0
6.03.08	Obtenção de financiamentos partes relacionadas	100.000	100.000	99.997
6.03.09	Amortização de financiamento com o BNDES	-8.860	-15.929	-11.742
6.03.11	Amortização de financiamentos com FINAME	-2.474	-2.474	-2.474

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.12	Amortização de financiamento com BNB - ATUAL	-1.136	0	0
6.03.13	Amortização Debêntures	0	-28.631	-147.903
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.776	-2.068	13.471
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.166	19.234	5.763
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.390	17.166	19.234

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-893.834	0	2.515.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-893.834	0	2.515.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-61.259	0	-61.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-61.259	0	-61.259
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-955.093	0	2.454.665

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-857.371	0	2.552.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-857.371	0	2.552.387
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.463	0	-36.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.463	0	-36.463
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-893.834	0	2.515.924

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-813.248	0	2.596.510
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-813.248	0	2.596.510
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.123	0	-44.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.123	0	-44.123
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-857.371	0	2.552.387

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	115	41	-38
7.01.02	Outras Receitas	115	41	36
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-74
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.741	-7.096	-1.711
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.469	-1.495	23
7.02.04	Outros	-22.272	-5.601	-1.734
7.03	Valor Adicionado Bruto	-32.626	-7.055	-1.749
7.04	Retenções	0	0	-1.433
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	0	-1.433
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-32.626	-7.055	-3.182
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.970	7.235	4.742
7.06.02	Receitas Financeiras	4.970	7.235	4.742
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-27.656	180	1.560
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-27.656	180	1.560
7.08.01	Pessoal	8.675	10.143	13.951
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.014	8.023	11.774
7.08.01.02	Benefícios	1.227	1.703	1.810
7.08.01.03	F.G.T.S.	434	417	367
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.200	880	887
7.08.02.01	Federais	1.200	880	887
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.728	25.620	30.845
7.08.03.01	Juros	14.728	16.171	20.386
7.08.03.03	Outras	9.000	9.449	10.459
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-61.259	-36.463	-44.123
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-61.259	-36.463	-44.123



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2020



A Transnordestina Logística S.A (TLSA) é uma empresa privada registrada na CVM e com sede na cidade de Fortaleza-CE, controlada em conjunto pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias (VALEC) e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada em 1º de janeiro de 1998 com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), quando incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga rede ferroviária federal (RFFSA).

Em 2008 houve a mudança da razão social de CFN para TLSA, e, em dezembro de 2013, ocorreu a cisão entre as empresas dando origem a Ferrovias Transnordestina Logística (FTL) e a Transnordestina Logística (TLSA).

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5 % sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é da ordem de R\$ 13,2 bilhões.

Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2020.

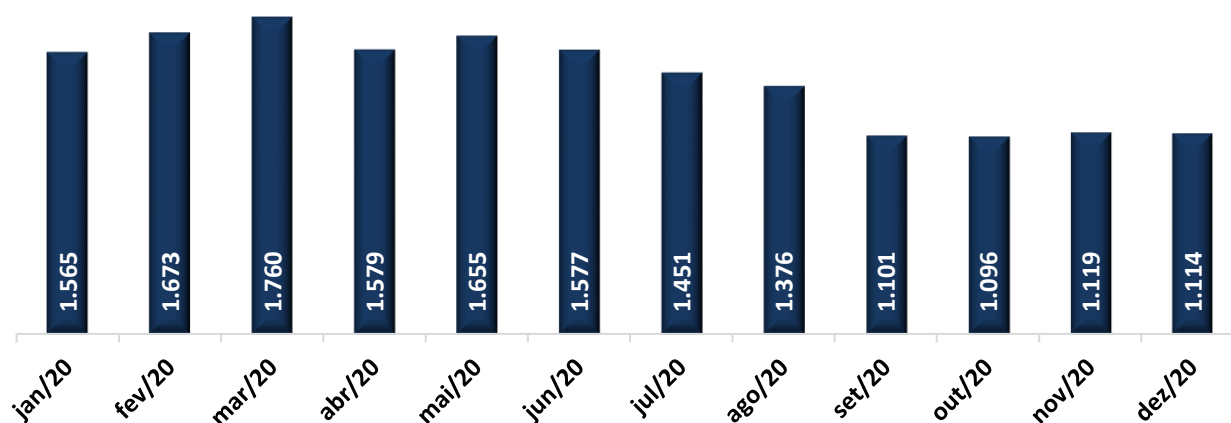
As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Em 2020 vale destacar:

Atualmente a obra possui 532 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 1.114 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução dos últimos 12 meses do gráfico abaixo:

Quantitativo alocado na obra



INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 6,696 bilhões, sendo R\$ 145,107 milhões investidos em 2020.

O avanço físico global atingiu a marca de 54% e já conta com 600 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, representam um avanço de 80% de infraestrutura, 65% de OAE e 28% de Superestrutura, representando um avanço total de 68%. As atividades nesse trecho foram paralisadas em cumprimento de uma decisão liminar - Juiz Federal da Comarca de São Raimundo Nonato-PI - que suspendeu a Licença de Instalação do trecho. Em 05 de setembro de 2019 a liminar foi revogada e as obras foram retomadas de imediato, quando a Construtora Via Magna remobilizou recursos para execução das obras de infraestrutura nos lotes EMT 04 ao 07.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 41%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS-02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 95% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km, não executado devido embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas ao desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Os demais lotes estão em processo de contratação e/ou aprovação de projeto revisado de Engenharia (Aprovação pendente pela ANTT: SPS-08, SPS-09, Barragem de Serro Azul e Variante para que a ferrovia não intercepte núcleos urbanos).
- As obras no trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, a Construtora Marquise remobilizou o canteiro em Lavras da Mangabeira/CE em setembro de 2019 e estão em andamento a execução de infraestrutura (terraplenagem, drenagem) nos lotes 01 e 02 – o trecho tem 200 km de infraestrutura iniciadas, com avanços de 22% em Infraestrutura e 14% em OAE (Obras de Artes Especiais) totalizando avanço de 17%.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente ao período de 2020:



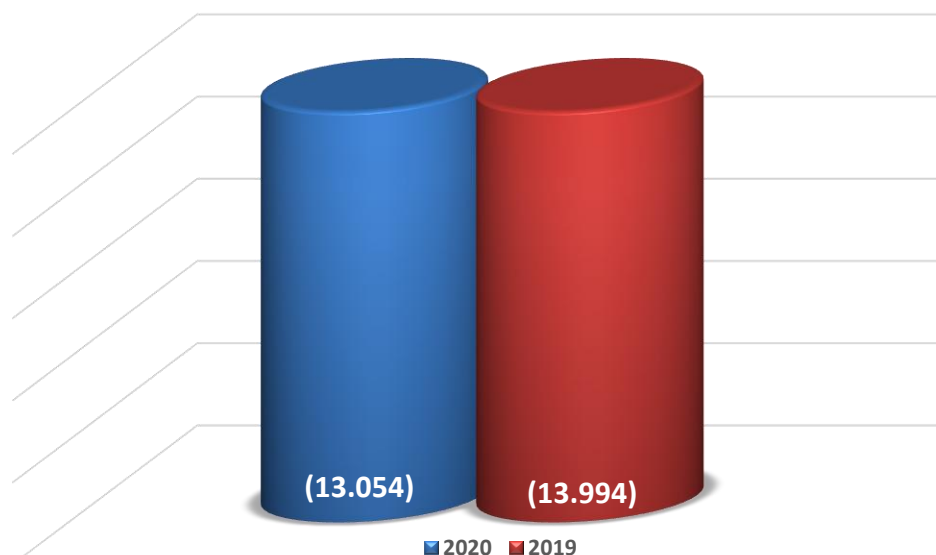
PESSOAL

O número de colaboradores próprios da TLISA em 2020 é de 157 pessoas, no mesmo período de 2019 esse número foi de 206 pessoas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2020	2019
Prejuízo do Período	(61.259)	(36.463)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	19.185	18.385
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	-	-
LAJIDA (EBITDA)	(42.074)	(18.078)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	29.020	4.084
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(13.054)	(13.994)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 13.054 mil negativos em 2020. No mesmo período de 2019 o EBITDA ajustado foi de R\$ 13.994 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada por nosso conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à revisão das informações trimestrais, revisão das obrigações fiscais acessórias e auditoria das demonstrações financeiras anuais.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias (“VALEC”).

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista VALEC (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido

Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis, contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$ 349.619, a Companhia conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas.

A Companhia concluiu em 19 de dezembro de 2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes a revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos (“as built”), desta forma, a administração entende que é possível a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisitado. A Companhia aguarda as análises a serem efetuadas por parte da agência reguladora. A Agência solicitou apoio do Ministério dos Transportes para a referida análise.

Até 31 de dezembro de 2020 foram investidos no projeto o montante de R\$ 6,696 bilhões (R\$ 6,551 bilhões em 31 de dezembro de 2019), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 519 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC R\$ 1,171 bilhões e CSN R\$ 1,536 bilhões. Atualmente, o valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão*, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão*, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões*, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões*, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões*, totalizando R\$ 11,2 bilhões*. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é da ordem de R\$ 13,2 bilhões*.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 31 de dezembro de 2020, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros* com avanço de 100%* (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros* com avanço de 100%* (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 423 quilômetros* com avanço de 68%*, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) – extensão total de 544 quilômetros*, com avanço de 41%* e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527* quilômetros com avanço de 17%*.

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí, com execução de obras pela Construtora Via Magna e o canteiro de obras do município de Lavras da Mangabeira, no estado do Ceará, com execução pela Construtora Marquise. As obras de infraestrutura (terraplenagem, drenagem e obras de arte especiais) nos lotes 04,05,06 e 07 do trecho Eliseu Martins a Trindade (EMT) foram concluídas no ano de 2020 e permanecem em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 01,02 e 03 do trecho que liga Missão Vella ao Porto de Pecém (MVP). Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 e 2020 foram aportados pelo acionista majoritário (“CSN”).

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Neste contexto, em 2020, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela TLSA, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades de implantação dos trechos da ferrovia nos Estados do Piauí e do Ceará e de conservação dos trechos já construídos, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações.”

Em 16/09/2020 foi protocolado junto ao TCU o pedido de reconsideração e suspensão acerca do Acórdão nº 67/2017, que determinou a suspensão dos repasses de recursos públicos ao empreendimento até a avaliação dos projetos de engenharia e a determinação do orçamento regulatório pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Nesse pedido de reconsideração solicitamos que, diante do exaurimento das providências da TLSA para aprovação do orçamento das obras do projeto e da imprescindibilidade dos recursos previstos nos acordos que estruturaram o projeto para a sua finalização, seja revisto o entendimento esposado no Acórdão 67/2017, com a conseqüente liberação imediata dos recursos públicos de responsabilidade das fontes públicas. Subsidiariamente, solicitamos que, caso não seja deferida a liberação dos aportes públicos, requeremos a imediata liberação dos recursos do FINOR, visto que, independentemente de sua natureza, os mesmos têm caráter de reembolso dos valores comprovadamente aplicados pela TLSA nas obras, não podendo ficar submetidos à suspensão estipulada no Acórdão nº 67/2017 – TCU.

(* Não auditado)

Impactos do COVID-19

A administração avaliou os impactos ocasionados pela pandemia de COVID-19 nas suas operações e nas demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2020. Abaixo, seguem elencados por tópicos os pontos que a administração entende serem os mais relevantes a reportar.

a) Risco de continuidade operacional

Em complemento ao parágrafo de continuidade operacional abordado na nota 1, a administração não identificou indícios que possam levar descontinuidade operacional, uma vez que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, dependendo exclusivamente dos aportes a serem realizados pelos seus acionistas públicos e privados. Em julho de 2019 foi assumido o compromisso pelo acionista privado de realizar aportes no montante de R\$ 257 milhões a fim de reestabelecer o ritmo de obras, sendo realizado ao longo de 2020 suplementações ao valor de investimento inicialmente estabelecido no montante de R\$ 46 milhões, totalizando ao final deste exercício R\$ 303 milhões em obra. Em dezembro de 2020, a administração da companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração, a proposta orçamentária de R\$ 565 milhões, sendo R\$ 120 milhões destinado a obra, os mesmos serão destinados à execução de obras no decorrer do exercício.

b) Impairment de ativos não financeiros e Ativos não circulantes – Imobilizado e Intangível

Em complemento ao evidenciado na nota explicativa nº 9, a administração entende que, com a manutenção do cronograma das obras estabelecido para 2020, não foram apresentadas novas evidências que impactem de forma material na análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“Impairment”) na data base de 31 de dezembro de 2020, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01, e não identificou necessidade de reconhecer uma perda para data-base em análise.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

c) Impactos sobre ativos financeiros e passivos financeiros

Ativo financeiros

Os ativos financeiros não sofreram modificações relevantes, destacadamente como consequência dos impactos da COVID-19, na nota nº 18 efetuamos as análises de sensibilidade para ativos financeiros e passivos financeiros.

Passivos financeiros

A administração concluiu o processo de negociação para repactuação de empréstimos junto ao FNE e BNDES, através da postergação de pagamentos no montante de aproximadamente de R\$ 56 milhões, cuja retomada das liquidações ocorreram em novembro de 2020 para o BNDES e para o FNE ocorrerão em janeiro de 2021. A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020.

d) Classificação de ativos e passivos entre circulantes e não circulantes

Ativos

Não identificamos riscos de segregação entre circulante e não circulantes dos saldos.

Passivos

Na análise da segregação de saldo entre circulante e não circulante dos passivos, após a repactuação dos empréstimos com o FNE e BNDES, os valores escalonados para pagamento foram reajustados, e as parcelas repactuadas diluídas nas parcelas vincendas, sem alteração do prazo da dívida e do saldo devedor.

e) Impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações do empregador

A administração não aderiu a programas de redução salarial ou programas de demissões após o surto pandêmico. Foram realizadas as adesões aos planos de diferimento nos recolhimentos dos seguintes encargos: FGTS, Contribuição Patronal, RAT e SESI/SENAI, totalizando um montante de recolhimentos diferidos de aproximadamente R\$ 1 milhão entre os meses de abril e junho de 2020, dos quais já foram liquidados R\$ 580. A partir de julho os respectivos impostos foram recolhidos normalmente.

f) Impactos financeiros nas postergações dos pagamentos a fornecedores

A administração não tem estimativas de postergação dos fornecedores para o exercício de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 26 de março de 2021.

b) Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas Explicativas DESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Análise de recuperabilidade (Impairment) do ativo imobilizado

A cada encerramento de período a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

- Não aplicação do IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito de forma diferente.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Notas Explicativas TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes”. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos

Notas Explicativas TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas DESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Outros passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

iii. Capital social**Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido por não serem resgatáveis, assim como quaisquer dividendos que sejam discricionários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c) Ativo imobilizado**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Notas Explicativas TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Ativos intangíveis

i. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares : 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Notas Explicativas DESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas Explicativas DESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício ou período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

l) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas.

Alterações adotadas pela Companhia

Estrutura Conceitual para relatórios financeiros

Esta norma evidencia a revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes. A companhia avaliou os fatos atuais e o tratamento contábil aplicado e não identificou mudanças relevantes a serem reportadas em seus relatórios financeiros.

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras	<u>1.390</u>	<u>17.166</u>
Total	<u><u>1.390</u></u>	<u><u>17.166</u></u>

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxa de 96% do CDI. Estes CDBs podem ser resgatados a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. ESTOQUES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Almoxarifado	<u>33</u>	<u>618</u>
Total	<u><u>33</u></u>	<u><u>618</u></u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(1.761)	(1.628)
(+) Adições no exercício (a)	(8.584)	(486)
(-) Reversões no exercício	-	<u>353</u>
(=) Saldo final	<u><u>(10.345)</u></u>	<u><u>(1.761)</u></u>

- (a) As adições no exercício são referentes a inclusão na provisão para perda de estoque de materiais que tem aplicação direta em superestrutura e estão sem movimentação à longa data. O cálculo da provisão para perda de estoque é realizado com base em política interna da companhia e trata-se de um cálculo realizado por estimativa. A provisão poderá ser revertida de acordo com a utilização dos itens.

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS (a)	42.787	61.042
PIS (b)	4.822	4.868
COFINS (b)	20.695	21.017
IRPJ (c)	42.021	40.562
INSS	-	1.594
Outros	-	1.212
	<u>110.325</u>	<u>130.295</u>
Circulante	2.406	2.982
Não circulante	107.919	127.313

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação. A variação do período foi impactada pela baixa de saldos com ausência de recuperabilidade.

(b) PIS e COFINS a recuperar

Tratam-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mencionado na Nota Explicativa 8, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

7. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo capitalizadas mensalmente. Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Risco de Engenharia	29.600	34.400
Responsabilidade Civil	2.718	3.159
Seguro Garantia	3.787	658
Outros	68	44
	<u>36.173</u>	<u>38.261</u>
Circulante	6.402	5.571
Não circulante	29.771	32.690

Movimentação no exercício:

	<u>Risco de Engenharia</u>	<u>Responsabilidade Civil</u>	<u>Seguro Garantia</u>	<u>Outros</u>
Saldo inicial	34.400	3.159	658	44
(+) Adições no exercício	-	-	4.041	306
(-) Apropriações no exercício	(4.800)	(441)	(912)	(282)
(=) Saldo final	<u>29.600</u>	<u>2.718</u>	<u>3.787</u>	<u>68</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$ 113.179 (R\$ 117.907 em 31 de dezembro de 2019), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras estão registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato, no ano de 2057, e são remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

9. IMOBILIZADO

Movimentação (imobilizado em andamento):

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Infraestrutura	1.726.932	107.289	1.834.221
Encargos financeiros capitalizados	2.452.321	361.979	2.814.300
Terraplanagem (i)	1.349.247	75.215	1.424.462
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	829.118	4.946	834.064
Outros gastos de implantação	639.945	34.967	674.912
Drenagem e obras de artes correntes	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	247.050	7.624	254.674
Almoxarifado de obras em andamento	194.733	-	194.733
Gestão ambiental	61.191	4.626	65.817
Total da imobilização em andamento	<u>8.980.350</u>	<u>596.646</u>	<u>9.576.996</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>
Infraestrutura	1.706.760	20.172	1.726.932
Encargos financeiros capitalizados	2.021.151	431.170	2.452.321
Terraplanagem	1.338.739	10.508	1.349.247
Construção de obras de artes especiais	1.110.114	11.198	1.121.312
Superestrutura	826.961	2.157	829.118
Outros gastos de implantação	612.752	27.193	639.945
Drenagem e obras de artes correntes	337.777	20.724	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	229.574	17.476	247.050
Almoxarifado de obras em andamento	194.733	-	194.733
Gestão ambiental	<u>60.502</u>	<u>689</u>	<u>61.191</u>
Total da imobilização em andamento	<u>8.439.063</u>	<u>541.287</u>	<u>8.980.350</u>

- (i) As adições de terraplanagem e outros gastos de implantação são referentes a provisões de obra dos principais fornecedores, são eles Via Magna e Marquise.

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a atualização da análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2020, considerando os impactos do COVID-19, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- **Custo do capital próprio:** foi utilizada a metodologia CAPM (“Capital Asset Pricing Model”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- **Custo do capital de terceiros:** foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- **Estrutura de capital:** a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso foi de 6,37%. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base nos estudos de mercado realizados. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020, são as que seguem:

Receita líquida anual média até 2030 - R\$	1.192 mil
Receita líquida anual média após 2030 - R\$	3.726 mil
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	6,37 %
Investimento a incorrer – R\$	6.266 mil

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

10. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas. A variação do saldo é impactada de forma substancial pelos pagamentos realizados ao fornecedor Zurich (seguros), fornecedores de obra (Marquise e Via Magna) e a realização de encontro de contas de saldos de adiantamentos a fornecedores e fornecedores responsáveis pela execução de obra.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Construtora Marquise	17.113	54.116
Zurich Minas Seguros	27.720	35.640
Via Magna Construções	14.198	26.567
Outros fornecedores diversos	8.053	9.441

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

<u>67.084</u>	<u>125.764</u>
---------------	----------------

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	282.499	282.752
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	305.937	288.989
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	3.887	6.367
			<u>592.323</u>	<u>578.108</u>
Circulante			69.659	41.129
Não circulante			522.664	536.979

Movimentação do exercício

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Atualização Financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
BNDES (a)	282.752	17.189	(8.860)	(8.663)	81	282.499
BNB (b)	288.989	27.679	(2.183)	(8.548)	-	305.937
Banco Itaú (c)	6.367	256	(2.474)	(262)	-	3.887
	<u>578.108</u>	<u>45.124</u>	<u>(13.517)</u>	<u>(17.473)</u>	<u>81</u>	<u>592.323</u>

(*) A atualização financeira inclui R\$ 30.413 capitalizados e R\$ 14.711 de despesas de juros.

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Atualização Financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
BNDES (a)	297.746	21.467	(15.929)	(20.616)	84	282.752
BNB (b)	288.989	22.550	-	(22.550)	-	288.989
Banco Itaú (c)	8.847	382	(2.474)	(388)	-	6.367
	<u>595.582</u>	<u>44.399</u>	<u>(18.403)</u>	<u>(43.554)</u>	<u>84</u>	<u>578.108</u>

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

Cronograma de desembolsos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	18.030
2021	19.215	17.207
2022	18.469	17.207
2023	18.469	17.207
2024 a 2033	<u>226.346</u>	<u>213.101</u>
	<u>282.499</u>	<u>282.752</u>

b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN.

Cronograma de desembolsos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	20.613
2021	47.995	26.191
2022	27.896	26.191
2023	27.896	26.191
2024 a 2031	<u>202.150</u>	<u>189.803</u>
	<u>305.937</u>	<u>288.989</u>

c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

Cronograma de desembolsos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	2.486
2021	2.480	2.474
2022	1.382	1.382
2023	<u>25</u>	<u>25</u>
	<u>3.887</u>	<u>6.367</u>

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Notas Explicativas**TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

12. DEBÊNTURES

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 5.054.086 (R\$ 4.766.829 em 31 de dezembro de 2019), conforme a seguir:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2020	Saldo atualizado em 31/12/2019
1ª Emissão	09/03/2010	327.871	303.650	631.521	595.627
2ª Emissão	25/11/2010	341.139	288.554	629.693	593.903
3ª Emissão	01/12/2010	329.223	278.179	607.402	572.879
4ª Emissão	04/10/2011	456.084	344.452	800.536	755.036
5ª Emissão	19/09/2012	118.683	78.372	197.055	185.856
6ª Emissão	24/06/2013	633.054	378.088	1.011.142	953.672
7ª Emissão	11/08/2014	<u>779.143</u>	<u>397.594</u>	<u>1.176.737</u>	<u>1.109.856</u>
		<u>2.985.197</u>	<u>2.068.889</u>	<u>5.054.086</u>	<u>4.766.829</u>
Circulante				171.370	62.528
Não circulante				4.882.716	4.704.301

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no exercício:

Saldo 31/12/2019	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 31/12/2020
<u>4.766.829</u>	<u>287.257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.054.086</u>

(a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

(b) A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento. As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;

- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretratável para todos os fins legais; Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;

- a) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- b) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- c) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- d) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

13. **PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	25.528	(1.969)	23.559	8.697
Trabalhistas	19.054	(10.524)	8.530	9.541
Tributário	-	-	-	924
Ambiental	1.059	(1.007)	52	-
Total	45.641	(13.500)	32.141	19.162

Movimentação dos processos no exercício:

	Saldo inicial		Utilização	Reversão (e)	Saldo final	
	31/12/2019	Adição			31/12/2020	
Cíveis (a)	13.285	25.458	(8.246)	(4.969)	25.528	
Trabalhista (b)	23.907	9.513	(1.729)	(12.637)	19.054	
Tributário (c)	924	-	-	(924)	-	
Ambiental (d)	1.007	57	-	(5)	1.059	
Total	39.123	35.028	(9.975)	(18.535)	45.641	

(a) **Contingências cíveis**

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 2.707.

A companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1018602-28.2014.8.26.0100. Essa ação ainda está em fase de recurso, mas as autoras iniciaram a execução provisória da sentença, motivo pelo qual foi considerada pelos advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 10.760. O valor do risco foi atualizado conforme ordem de bloqueio judicial, na data de maio de 2020. A companhia garantiu o juízo apresentando apólice de seguro.

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 12.061.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 19.054.

(c) Contingências ambientais

A companhia é demandada como ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do PI nº 0001635-08.2016.4.01.4004, a qual requer a paralisação das obras referente ao trecho Eliseu Martins-Trindade em razão de supostos impactos não mitigados/compensados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho (São Raimundo Nonato/PI). Foi realizado depósito judicial para reparação das casas danificadas, conforme determinado em sentença, no montante aproximado de R\$ 1.059.

(d) Reversões

Cíveis: Pagamento referente a acordo firmado entre a TLISA e a LM Transportes, processo nº 0163422-87.2015.8.06.0001 – pagamento de R\$ 1.400.

Trabalhista: as reversões ocorridas no período se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações, bem como ajuste no valor do risco de processos decorrente de atualização/homologação de cálculos, abaixo abertura dos maiores processos os demais processos são pulverizados.

- Processo nº 1001971-28.2016.5.02.0465 – Ajuste no valor do risco, após cálculo apontar valor de condenação de R\$ 54 mil. Reversão no montante de R\$ 617. O valor do risco correspondia anteriormente correspondia a todo o período reclamado (cálculos apresentados pelo exequente), entretanto, o escritório atentou para o equívoco e alterou apenas para o período correspondente apenas à TLISA, qual seja, 01/05/2013 e 30/09/2013. Os pedidos foram alterados com o valor correspondente ao período trabalhado pelo autor para TLISA, classificado como provável e a diferença da liquidação do total, alterada para remoto.

- Processo nº 0000786-24.2014.5.17.0012 – Provisão ajustada de acordo com novos cálculos com valor correspondente ao período trabalhado pelo autor para TLISA, classificado como provável e a diferença da liquidação do total, alterada para possível. Reversão no montante de R\$ 993.

- Processo nº 0000820-58.2015.5.06.0371 – Execução garantida mediante depósitos recursais e bloqueio judicial. Reversão no montante de R\$ 494 por liberação de alvarás para parte adversa, advogado e etc., aguardando liberação de valores remanescentes.

Tributária: Parcelamento do débito com o Município de Simplício Mendes/PI, no montante de R\$ 511.

Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 211.070 (R\$ 195.779 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TLISA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em 31.12.2020
Cível	50	85.537
Trabalhista	9	5.396
Tributário	25	107.368
Ambiental	11	12.769
Total	95	211.070

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 4.759 (R\$ 4.524 em 31 de dezembro de 2019).
- b) Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 2.224 (R\$ 2.114 em 31 de dezembro de 2019).
- c) Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 30.698 (R\$ 29.173 em 31 de dezembro de 2019).
- d) Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 5819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 20.467 (R\$ 19.456 em 31 de dezembro de 2019). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- e) Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 4.055 (R\$ 3.855 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública nº 0000643-10.2017.5.22.0103, em curso na vara do trabalho de Picos/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de CNO, VILLA CONSTRUÇÕES e TLSA (responsabilidade solidária), em razão de matéria jornalística veiculada em sítio da internet, dando conta da ocorrência de acidente de trabalho nas obras da Ferrovia Transnordestina, de responsabilidade da referida construtora, em trecho localizado na cidade de Paulistana/PI onde tiveram duas vítimas fatais e onze feridos. A estimativa de perda financeira de risco remota, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 7.318 (R\$ 6.726 em 31 de dezembro de 2019).
- b) Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 2.404 (R\$ 2.229 em 31 de dezembro de 2019).

Tributário

- a) Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia – PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 23.864 e R\$ 8.632 respectivamente (R\$ 23.450 e R\$ 8.482 em 31 de dezembro de 2019).
- b) Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 3.832 (R\$ 3.766 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas**TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				
Encargos capitalizados acumulados (a)	296.914	76.817	373.731	339.600
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	664.598	-	664.598	428.672
Contrato de mútuo (d)	872.801	89.889	962.690	843.144
Outras obrigações	-	4.413	4.413	-
Resultado			31/12/2020	31/12/2019
Receitas com serviços compartilhados (b)	-	6.205	6.205	6.608
Despesas com cessão predial	-	(843)	(843)	(786)
Total resultado	-	5.362	5.362	5.822

- (a) Encargos capitalizados – Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Transnordestina contabilizados no ativo imobilizado.
- (b) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.
- (c) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (d) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 128,20% do CDI e IOF.

b) Movimentação passivo com partes relacionadas

	AFAC (CSN)	Outras obrigações	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL
Saldo 31/12/2019	428.672	-	741.593	101.551
Adições/ Liberações	235.926	4.413	100.000	-
IOF	-	-	1.631	-
Atualização financeira	-	-	29.577	2.923
Amortização principal	-	-	-	(7.727)
Amortização juros	-	-	-	(5.829)
IR	-	-	-	(1.029)
Saldo 31/12/2020	664.598	4.413	872.801	89.889

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

c) Pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo para administradores	<u>2.608</u>	<u>3.199</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 52.199.511 ações nominativas (52.199.511 em 31 de dezembro de 2019), no valor de R\$ 3.409.758 (R\$ 3.409.758 em 31 de dezembro de 2019), sendo 26.099.763 ações ordinárias e 26.099.748 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	<u>31/12/2020 e 31/12/2019</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.168.304	501.789	24.670.093
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	2.609.958	2.818.701
BNDES	-	3.383.020	3.383.020
FINAME	-	918.906	918.906
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	<u>1.722.716</u>	<u>18.686.075</u>	<u>20.408.791</u>
	<u>26.099.763</u>	<u>26.099.748</u>	<u>52.199.511</u>

b) Reservas

• Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico por ação</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício			(61.259)	(36.463)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (*)	26.099.763	26.099.748	<u>52.199.511</u>	<u>52.199.511</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			<u>(1,1736)</u>	<u>(0,6985)</u>

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	<u>52.430</u>	<u>49.450</u>

16. DESPESAS POR NATUREZA

<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Folha de pagamento	(9.437)	(11.019)
Material	(45)	(72)
Serviço	<u>(3.572)</u>	<u>(2.903)</u>
	<u>(13.054)</u>	<u>(13.994)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Provisão para contingências (a)	(18.545)	(3.407)
Multas	(300)	(58)
Outras receitas (despesas)	(1.591)	(486)
Provisão para perda de estoque (b)	<u>(8.584)</u>	<u>(133)</u>
	<u>(29.020)</u>	<u>(4.084)</u>

(a) A variação de saldo é impactada pelas inclusões das provisões de duas causas cíveis referentes a fornecedores de obra, uma de R\$ 9,9 milhões e outra no montante de R\$ 1,6 milhão, conforme demonstrado na Nota 13.

(b) O aumento na provisão do período se deu pela inclusão dos itens grampo *deenik* e almofada polietileno, as quais estavam sem movimentação a longa data conforme divulgado na Nota 5.

Notas Explicativas**TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	300	2.953
Juros ativos	177	1.699
Outros	<u>4.493</u>	<u>3.389</u>
	<u>4.970</u>	<u>8.041</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(14.711)	(14.550)
IOF	(37)	(9)
Comissões de fianças bancárias	(6.944)	(7.015)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(390)	(806)
Juros e multa (b)	(215)	(4.007)
Outros	<u>(1.858)</u>	<u>(39)</u>
	<u>(24.155)</u>	<u>(26.426)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(19.185)</u></u>	<u><u>(18.385)</u></u>

- (a) Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.
- (b) Os juros incorridos em 2019 estão impactados pelo atraso na liquidação das parcelas do seguro de risco de engenharia.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.390	17.166
Depósitos judiciais	<u>13.500</u>	<u>19.961</u>
	14.890	37.127
Aplicação financeira	<u>113.179</u>	<u>117.907</u>
Total	<u><u>128.069</u></u>	<u><u>155.034</u></u>

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020					Mais que 5 anos
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Empréstimos e financiamentos	592.323	45.242	24.417	47.744	148.619	326.301
Debêntures	5.054.086	-	171.370	58.593	195.102	4.629.021
Partes relacionadas	967.103	-	4.413	962.690	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	67.078	67.078	-	-	-	-
Total	6.680.590	112.320	200.200	1.069.027	343.721	4.955.322

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2019					Mais que 5 anos
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Empréstimos e financiamentos	578.108	18.143	22.986	45.872	135.607	355.500
Debêntures	4.766.829	-	62.528	52.218	176.367	4.475.716
Partes relacionadas	843.144	-	-	843.144	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	124.928	124.928	-	-	-	-
Total	6.313.009	143.071	85.514	941.234	311.974	4.831.216

- b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2020 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

- c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

- d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 18 (a).

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos em CDI	114.569	135.233
Passivo em CDI	962.690	843.144
Passivos em TJLP	5.336.585	5.049.581

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 99% do CDI à taxa de 2,72% a.a. e com 128,20% à taxa de 3,54% a.a. e TJLP à taxa de 4,87% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1 (provável)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 3 (variação de 50%)</u>
<u>Transação</u>				
Empréstimo em TJLP	5.336.585	TJLP a 4,87% (259.892)	TJLP a 3,65% (194.785)	TJLP a 2,44% (130.213)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	962.690	CDI a 3,54% (34.079)	CDI a 2,66% (25.608)	CDI a 1,77% (17.040)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	114.569	CDI a 2,72% 3.116	CDI a 3,40% 3.895	CDI a 4,08% 4.674
Receita financeira				
<u>Variação negativa</u>				
<u>Transação</u>				
Empréstimo em TJLP	5.336.585	TJLP a 4,87% (259.892)	TJLP a 6,09% (324.998)	TJLP a 7,31% (390.104)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	962.690	CDI a 3,54% (34.079)	CDI a 4,43% (42.647)	CDI a 5,31% (51.119)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	114.569	CDI a 2,72% 3.116	CDI a 2,04% 2.337	CDI a 1,36% 1.558
Receita financeira				

Notas ExplicativasTRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Ativo imobilizado</u>		
Encargos capitalizados (financiamentos)	30.413	32.066
Encargos capitalizados (debêntures)	287.257	331.895
Encargos capitalizados (mútuo)	34.131	60.162
Fianças capitalizadas	13.267	13.184
Rendimentos capitalizados	(3.089)	(6.137)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	23.320	18.813
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(1.906)	5.497
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	5.243	6.026
Reversão de provisões de fornecedores de obras	(35.991)	(41.640)
<u>Demais áreas</u>		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(9.975)	(3.291)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	13.556	21.996
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	3.576	1.705

* * * * *

Jorge Luiz de Mello
Diretor Presidente

João Mário Lourenço Filho
Diretor

Pedro Brito do Nascimento
Conselheiro

Meg Sarkis Simão Rosa
Conselheira

Marília Dalva Costa Vieira
Conselheira

Arno Schwarz
Conselheiro

Marcelo Cunha Ribeiro
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Marcelo Cicerelli Silva
Conselheiro

Marcelo Bezerra Duarte
CRC CE nº 026498/O-7
Contador Responsável

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Transnordestina Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentou modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Situação financeira da Companhia (Nota 1 às demonstrações financeiras)

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2020, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 349.619 mil.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia trabalha com ações contendo os seguintes principais elementos: (i) liberação de recursos por parte de seus acionistas e de terceiros para a retomada e conclusão da obra de construção da ferrovia Transnordestina; (ii) revogação da decisão cautelar imposta pelo Tribunal de Contas da União - TCU que proibiu novos repasses de recursos públicos para a Companhia; (iii) conclusão em dezembro de 2019 do processo de readequação orçamentária, com as entregas de engenharia para a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a Companhia aguarda as análises serem efetuadas por parte da agência reguladora; e

(iv) aprovação do novo cronograma que prevê o término da obra e entrada em operação da Companhia; (v) em setembro de 2020 foi protocolado junto ao TCU o pedido de reconsideração e suspensão acerca do Acórdão nº 67/2017, que determinou a suspensão dos repasses de recursos públicos, e a imediata liberação dos recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Entre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir:

- Obtivemos a avaliação da capacidade financeira preparada pela administração com base nas projeções de geração de caixa e resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, as razoabilidades: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das premissas-chave utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, volume a ser transportado, tarifa bruta e custo;
- Comparamos as premissas-chave com o Plano de Negócios 2020-2057; e (iv) avaliação da competência técnica dos responsáveis pela estimativa independente dos volumes a serem transportados.
- Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para analisar diferentes cenários possíveis de geração de resultados.

Dada as circunstâncias acima, muitas das quais fora do controle da Companhia, além da necessidade de aferição e remediação dos questionamentos levantados pelas autoridades competentes, consideramos este assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

- Solicitamos e efetuamos leitura do Acordo de Investimentos onde está estabelecida a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, em caso de necessidade, e observamos que os responsáveis tem realizado os aportes recursos para manutenção do estágio atual da Companhia. Adicionalmente obtivemos a ata do Conselho de Administração, aprovada à unidade pelos acionistas da Companhia, deliberando o aporte de recursos em montante suficiente para os próximos doze meses.
- Obtivemos o fluxo de caixa operacional da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aprovado pelo Conselho de administração que prevê aportes no montante de R\$ 565 milhões do Acionista privado.
- Obtivemos a decisão cautelar do TCU e com o apoio de nossos especialistas internos, realizamos reuniões com a alta administração onde nos foram apresentados a evolução atual do avanço físico, cronogramas revisados, bem como, orçamento necessário para finalização dos trechos, que por estratégia da Companhia foram segregados em prioridades. As entregas de engenharia para a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT foram concluídas em Dezembro de 2019 e a Companhia aguarda as avaliações do órgão competente.

Com base nas evidências obtidas, observamos que as ações planejadas pela administração da Companhia vem sendo executadas e que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 10 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 9.576.996 mil.

Identificamos indicadores de perda no valor recuperável ("impairment") dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A administração determina o valor recuperável com base no valor em uso desses ativos.

O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) estimativa do volume a ser transportado; (ii) estimativa de preços futuros (tarifa bruta); (iii) custos e (iv) taxa de desconto. Efetuamos, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos:

- Revisão da coerência geral, lógica e aritmética das projeções elaboradas pela Administração;
- Comparação das premissas-chave com o Plano de Negócios 2020-2057 e análise de sensibilidade dessas premissas;
- Avaliação da razoabilidade das

premissas-chave, incluindo comparações com benchmarks de margem bruta e taxa de desconto utilizadas no segmento e entendimento das principais variações;

- Discussão dos critérios usados para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação;
- Comparação das estimativas internas de volume a ser transportado e tarifa bruta com estimativas preparadas por especialistas independentes contratados pela administração; e
- Avaliação da competência técnica dos responsáveis pela estimativa independente dos volumes a serem transportados.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude:

(i) da relevância do ativo imobilizado da Companhia; e (ii) dos julgamentos e estimativas relevantes envolvidos no processo de cálculo do valor em uso dos ativos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do valor recuperável, bem como as divulgações na Nota explicativa 10 estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 26 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo

Contador CRC 1BA024501/O-9

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NIRE 23.3.0002.066-9

CNPJ/ MF nº 02.281.836/0001-37

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transnordestina Logística S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos feitos pelos representantes da administração da Companhia e dos auditores independentes, bem como, no parecer, sem ressalvas, emitido pela PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes (PwC), opinam, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2021.

Ademir José Scarpin

Rubens dos Santos

Priscila de Souza Cavalcante de Castro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 26 de março de 2021.

Jorge Luiz de Mello

Diretor Presidente

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 26 de março de 2021.

Jorge Luiz de Mello

Diretor Presidente